

COMISSÃO ESPECIAL – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

EMENDA Nº /03-CE
(Do Sr. José Thomaz Nonô e outros)

Dê-se ao art.1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2003, a seguinte redação.

Art. 40

§ 14. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir, por **iniciativas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário**, regimes de previdência complementar para seus servidores, na forma da lei, observado o disposto no art. 202. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A autonomia administrativa decorrente de comandos constitucionais de que desfrutam os poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, não se coaduna com a proposta de norma que atribua iniciativa privativa para o Poder Executivo quanto à instituição do regime de previdência complementar em relação aos servidores de todos os poderes.

Com efeito, como cuida a reforma, num sentido geral, da criação de uma previdência pública de caráter mínimo baseada no teto remuneratório unificado do regime geral de previdência e da remessa do que exceder a esse teto para a previdência privada, nada mais adequado que cada poder seja dotado de iniciativa para instituição do regime complementar quanto a seus servidores, partilhando da gestão da nova modalidade de aposentadoria que, para os que percebem acima do teto atribuído (R\$ 2.400,00), na verdade terá efeito imperativo e não facultativo, já que ninguém pretende ficar desamparado na doença, invalidez, idade avançada ou deixar de proteger seus dependentes na morte.

Sala das Comissões, em

Deputado José Thomaz Nonô